

Editorial – Dialogia 20

Dado o fato de que as escolas constituem uma instituição social, elas sempre foram questionadas, entre outros tantos temas, quanto a sua relevância e pertinência para as sociedades que as promovem. As respostas a essas questões geralmente vêm na forma de uma *grade* curricular, por sua vez composta de *disciplinas* que buscam difundir, por mediações apropriadas, a linguagem e o discurso científicos, abarcando o que se costuma referir como patrimônio cultural acumulado pela humanidade. À escola clássica caberia, então, a especializada e específica função de propor a organização de conteúdos científicos dispostos em uma organização didática adequada dos meios de ensino. Se assim é, pode-se dizer que a principal resposta da escola a tais demandas vêm na forma de um *currículo*.

Contemporaneamente, as escolas básicas estão orientadas pelo princípio da gestão democrática e por uma relação interativa com as comunidades, o que leva ao debate da natureza e da forma de produção / difusão do currículo na prática escolar. Responderia o currículo a perguntas clássicas e persistentemente refeitas como: Quais as relações do currículo com as demandas da sociedade? Ele reflete uma ideia de sociedade? Constitui um discurso de uma determinada sociedade sobre si mesma? Representa uma construção histórica a refletir as ideologias socialmente presentes? O que um estudante em formação precisa aprender? Qual a importância desse conhecimento para sua vida? Que tipo de cidadão a escola pretende formar? Como tratar as diretrizes curriculares nacionais? Caberia a estudantes e comunidades propor conteúdos de formação escolar? Quais as especificidades curriculares dos diversos níveis de ensino da Escola Básica?

Para abordar – parcialmente, sabemos – tais questionamentos que envolvem o tema “Currículo na Educação Básica”, Dialogia propõe, neste número 20 (dez./2015), o Dossiê Temático que ora apresentamos. São seis artigos que esmiúçam a temática sob ângulos distintos e que, embora insuficientes diante da magnitude e complexidade da tarefa, buscam abrir perspectivas aos debates acerca das questões que abrangem o currículo na escola básica.

Para abrir esse debate, temos o artigo de Carlos Eduardo Ferraço, professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES): “Educação básica e os sentidos de currículo e conhecimento tecidos e negociados nos cotidianos de escolas públicas:

o que dizem os alunos e os educadores?” No texto, o autor analisa pesquisa conduzida nas escolas públicas daquele estado com professores e estudantes nas quais se buscou extrair os sentidos que esses agentes escolares, principais envolvidos e interessados nas relações pedagógicas que dão significado à escola, atribuem aos conhecimentos organizados na forma de currículos escolares.

O artigo “O pensar e construir uma educação integral em tempo integral no eixo de uma proposta curricular inovadora: desafios e possibilidades”, de autoria das professoras da Universidade Federal do Piauí, Reijane Maria de Freitas Soares e Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, respectivamente, doutoranda e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da mesma universidade, traz a análise da prática educativa de professores de dois Centros de Ensino de Tempo Integral (Cetis) da Rede Pública Estadual de Teresina. No texto, as autoras buscam entender tais práticas no contexto da construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP), atitude necessária para o desenvolvimento de um currículo norteado nos princípios da educação integral. Constatou-se que a prática educativa do professor encontra-se desarticulada dos princípios estabelecidos nos PPPs dos centros de ensino investigados.

Maria Cristina Ferreira dos Santos, doutora em Educação e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro nos programas de pós-graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS) e de Ensino em Educação Básica (PPGEB), apresenta o trabalho intitulado “Conhecimento e disciplinas escolares: reflexões sobre a construção social do currículo na educação básica”. Nele, a autora se apoia em autores como Goodson, Chervel, Viñao, Forquin e Lopes para argumentar que as disciplinas escolares são constructos da escola, e não simples tradução das formulações acadêmico-científicas.

No texto “Como os currículos escolares podem contribuir para uma política antirracista nas escolas”, a doutoranda em Educação e professora da Educação Básica do Distrito Federal, Denise Maria Soares Lima, e o doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Carlos Ângelo de Meneses Sousa, analisam os resultados da pesquisa quanti-qualitativa realizada com docentes da rede pública do Distrito Federal que investigou o que pensam sobre a Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares de ensino.

No artigo que encerra esta seção: “O currículo oficial paulista no contexto das teorias críticas e pós-críticas da educação”, Celso Carvalho, doutor em Educação e professor do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove), analisa o currículo oficial paulista tendo como referência as teorias críticas e pós-críticas da educação.

Como de praxe em *Dialogia*, a seção seguinte: *Entrevista*, atualiza o debate do Dossiê, agora mais amplo: “Teoria e pesquisa do currículo”, a partir da contribuição de um pesquisador da educação. Neste número, trata-se de Álvaro Moreira Hipólito, professor da Universidade Federal de Pelotas, da equipe de editores da revista *Currículo Sem Fronteiras* e ex-coordenador do GT-Currículo da ANPED, um dos maiores especialistas brasileiros no tema.

A seção *Artigos* inicia-se com a contribuição do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do SUL (UFMTS). Com o título: “Práticas pedagógicas lúdicas na educação infantil: teoria *versus* realidade no dia a dia escolar – uma breve exploração empírica”, a professora do Campus Pantanal desta universidade e mestre em Educação, Maria Auxiliadora Negreiros de Figueiredo Nery, mais a pedagoga Dalva Cunha de Avellar, formada pela mesma universidade, examinam a adoção de práticas pedagógicas lúdicas em um conjunto de instituições educativas infantis em Corumbá (MS). No texto, as autoras indicam a necessidade de rever a formação de professores de modo que o currículo estimule práticas pedagógicas criativas nas escolas de ensino fundamental.

Na sequência, publicamos o trabalho intitulado “Universidade e escola no espaço-tempo do estágio - alternativas para a interação”, de autoria de Arlete Vieira da Silva, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia e professora do Curso de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. Nele, a autora disserta sobre o papel do estágio na formação de professores.

Antonio Carlos Brolezzi, doutor em Educação e professor do Departamento de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo discute, em “Empatia em Vigotski”, a presença desse conceito nas teorias da estética do autor russo. Argumenta-se que as ideias de Vigotski sobre empatia, ainda que pouco exploradas em suas obras, resultam em importante contribuição para compreender os fenômenos da educação.

Márcia Donizete Leite Oliveira, mestre e doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e professora da Universidade Nove de Julho, indaga no

título de seu artigo “Trabalho docente e a transposição didática: como fazê-la?” Mostra que o processo de transposição didática de um conteúdo programático de língua portuguesa, quando realizado de forma efetiva pelo professor e apropriado pelos alunos, pode levar ao desenvolvimento de competências leitora e escrita.

“Tendências e concepções de professores sobre Arte e Educação no Brasil”, escrito por Geraldo Eustáquio Moreira, doutor em Educação Matemática e professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás, traz resultados de pesquisa realizada com professores de Arte, os quais revelam a insatisfação docente com o lugar que a disciplina ocupa entre as demais matérias escolares, bem como a falta de suporte dada à área. Destaca também a defesa que os professores fazem da importância da Arte como componente curricular.

A mestranda Gabriella Rossetti Ferreira, o doutorando Cassiano Ferreira Inforsato e a professora doutora em Educação Andreza Marques de Castro Leão, todos da Faculdade de Ciência e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, escrevem o artigo “Escola e o diálogo sobre corporeidade e educação sexual” com o objetivo de refletir sobre a importância da formação do professor para a promoção de debates sobre sexualidade e corporeidade na perspectiva da equidade entre os gêneros, do respeito à diversidade sexual, da diminuição de preconceitos e da violência contra as chamadas “minorias” sexuais.

A seção é finalizada com “Práticas educativas, linguagens e produção da diferença”, de Flávia Cristina Silveira Lemos, doutora em História e professora do Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará, de Franco Farias da Cruz e de Giane Silva Santos Souza, ambos mestres em Psicologia pela mesma universidade. No artigo são analisadas as práticas educativas que contribuem para problematizar a produção da diferença, tendo em vista os paradigmas da Nova História Cultural.

Na seção *Resenhas*, três textos dão conta de informar e avaliar criticamente obras lançadas recentemente sobre temáticas pertinentes à educação – educação escolar e docência no contemporâneo, de Mário Sérgio Cortella; os desafios atuais da escola, em obra organizada por Viviane Mosé; os desafios da inclusão escolar, dissertação de Ana Cristina da Costa Piletti vertida em livro. Todas as resenhas são de autoria de mestrandos do Progepe-Uninove, respectivamente, Ana Luiza da Silva Vieira, Carolina Marianne Miguel e Vania Marques Cardoso, selecionadas entre aquelas que foram escritas como parte do desafio do processo de formação.

Finalizada a apresentação deste número, pela qual se percebe que a Revista mantém uma organização editorial que se consolidou em seus mais de dez anos de existência, cabe informar aos leitores que nos acompanham as recentes mudanças que as vicissitudes acadêmicas trouxeram para a Revista. Referimo-nos a mudanças na editoria: os atuais editores Eduardo Santos e Roberta Stangherlim cedem lugar a Rosemary Roggero e Patrícia Biotto-Cavalcanti, professoras-pesquisadoras do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais desta Universidade (Progepe-Uninove), que foram parceiras na organização deste número e que agora, a partir da primeira edição do ano que está por vir passam a comandar o processo editorial de *Dialogia*. A elas manifestamos nossos melhores desejos de um trabalho editorial profícuo e cientificamente relevante, que certamente manterá a Revista em seu caminho de constante aperfeiçoamento no trato dos temas pedagógicos e educacionais que desafiam os pesquisadores em educação, no Brasil e no mundo.

Aos educadores de todos os quadrantes, boa leitura!
